

IDENTIDADE \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO-PAI José Percina da Cunha

MÃE Maria Petraco da Cunha

IDADE 08.04.1925 ESTADO CIVIL \_\_\_\_\_

PROFISSÃO Médico POSTO OU GRAD. \_\_\_\_\_

FUNÇÃO \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE Brasileira NATURAL DE Passo Fundo/RS

LÊ \_\_\_\_\_ ESCREVE \_\_\_\_\_ CERT. RESERVISTA \_\_\_\_\_

TÍTULO ELEITOR \_\_\_\_\_ LOCAL TRABALHO \_\_\_\_\_

ESTUDANTE \_\_\_\_\_ ESCOLA \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ NÍVEL \_\_\_\_\_

RESIDÊNCIA \_\_\_\_\_

OUTROS DADOS Suspensão de Direitos Políticos e Mandato Cassado (DO Nº 124/04.07.66)



NOME ALVARO PETRACCO DA CUNHA

HISTÓRICO

(Empty space for historical record)

CIC



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA ADMINISTRAÇÃO

ALVARO PETRACCO DA CUNHA

- Deputado Estadual pelo PTB, no RS

- Ex-Prefeito Municipal de Guaporé, pelo PTB
- Eleito deputado em 1962, pautando sua ação na linha das chamadas forças populares.
- É de formação esquerdista e inconformado com a Revolução Democrática, conforme incluso discurso que pronunciou dia 19/1/64.

*Alvy*  
COMISSAO DE INVESTIGAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA ADMINISTRAÇÃO

RESUMO DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO DEPUTADO ÁLVARO PETRACCO DA CUNHA, DO PTB, ATRAVÉS DE DISCURSOS PRONUNCIADOS E M 1.964, NA ASSEMBLÉIA DO RIO GRANDE DO SUL.

SESSÃO DE 1º.4.64 - Pronunciou discurso de intransigente defesa do Sr. João Goulart e do seu Governo, dizendo que as forças que atentam contra o Sr. João Goulart são as mesmas que atentaram contra a Constituição ao depôr Getúlio Vargas e Janio Quadros.

Afirmou que: "Mesmo que caia o Presidente, mesmo que o deponham, as forças que lutam contra o latifúndio interno e contra o capitalismo internacional espoliador da nossa Pátria, essas persistirão porque, o povo está aí nas ruas com fome, com sacrifício e estão lá nos campos as multidões párias, abandonadas e segredadas de uma civilização anti-cristã".

.....  
.....  
.....

"Hoje já se pode dizer que se a reação que tentou derrubar ou que derrubou o Presidente João Goulart se restabelecer em nosso País, com o garroteamento das liberdades, com o rasgamento da Constituição, estas forças, sim, é que irão precipitar, num futuro que não podemos prever, um outro tipo de revolução, não capitalista, mas sim socialista, ou extremista, violenta e rápida". (Vide Anais da Assembléia, dos quais são anexas as folhas 175 a 177, com a íntegra do discurso acima citado).

SESSÃO DE 11.4.64 - Pronunciou discurso de reafirmação de suas convicções políticas e pediu a transcrição nos Anais da Casa, de um editorial do Correio da Manhã, de título "ADEUS AO CONGRESSO", no qual é criticado o Ato Institucional.

**O SR. ANTONIO VISINTAINER** — O Sr. Meneghetti é contra "Jango"? Mas, este "Jango" é somente o cidadão João Goulart? Ou é um Presidente da República eleito pela vontade popular e que se encontra na Presidência da República no pleno exercício de seus direitos constitucionais e que vem desempenhando aquelas funções nítidas e características que a Constituição lhe assegura, de reger esta Pátria, este País, esta Nação? Mas o Sr. Ildo Meneghetti está contra Jango? Que quer o Sr. Ildo Meneghetti? Desrespeitar mais uma vez, ou ajudar a desrespeitar mais uma vez a vontade popular, neste País? Ou que se tornar a "vedette" nacional ao querer aparecer ao nosso País e ao mundo inteiro que está a defender uma situação, no Rio Grande, que não existe, pois S. Exa. diz-se o detentor do poder da legalidade e o representante do povo?

**O SR. PRESIDENTE** — Está terminado o tempo do nobre Deputado.

**O SR. ANTONIO VISINTAINER** — Permita V. Exa., Sr. Presidente, apenas para concluir o meu pensamento, para argumentar e para chamar a atenção do povo e desta Casa.

Eu quero apresentar a situação de contraste que vive, na hora presente, a Prefeitura Municipal, onde está instalado um Governo eminentemente popular e o Palácio Piratini, foco da reação do Rio Grande do Sul, e foco do golpismo no País. Lá, as portas abertas, o povo livre, os cidadãos humildes e honestos e trabalhadores, que forjam a riqueza desta Pátria. Aqui, na sede do golpismo, na sede da ilegalidade, as armas de uma força pública que não representa a vontade do próprio Sr. Ildo Meneghetti. E, até agora, a oposição à nossa causa, à causa do povo, não desmentiu sequer as palavras proferidas pelo nobre Deputado Lamaison Pôrto, que dizia ter-se afastado do próprio Governo, abandonado a casa às moscas, o Sr. Ildo Meneghetti. É um desgoverno completo, é o desinteresse do Governo pela própria situação dos seus governados. Disse, por acaso, o Sr. Ildo Meneghetti ao povo rio-grandense e a esta Casa, que tem o dever de respeitar face às prerrogativas constitucionais que determinam a harmonia entre os poderes, que foi ele fazer? Ou lançou este manifesto aqui nos jornais para se afastar do Governo e deixar que a Casa caia por si mesma?

**O SR. PRESIDENTE** — O tempo de V. Exa. está ultrapassado em três minutos e meio.

**O SR. ANTONIO VISINTAINER** — Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a fuga do Governador está a simbolizar a situação que vive a reação no Rio Grande. (Palmas) (Discurso não revisto pelo orador). Compareceram mais os Srs. Deputados:

Ayrton Barnasque, Hélio Fontoura, Marcílio Loureiro, Siegfried Heuser, Walter Bertolucci, Alfredo Hoffmeister, Antonio Fornari, Esinaldo Cherubini, Otávio Germano, Darcy Conceição, Bachleri Duarte, Gudhem Castanheira, Cândido Norberto e José Sanseverino.

**O SR. PRESIDENTE** — Passa-se ao período da sessão destinada ao

## GRANDE EXPEDIENTE

Por permuta de tempo com o nobre Deputado Brusa Netto, concedo a palavra ao nobre Deputado Alvaro Petracco, por trinta minutos.

**O SR. ALVARO PETRACCO** — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Neste momento em que a imponderabilidade dos acontecimentos não nos garante que possamos ocupar por outras sucessivas vezes este microfone, estive

me consultar de consciência, para saber se devia ocupar esta tribuna, gastando os trinta minutos regimentais que me seriam concedidos. Desde ontem, pela madrugada, junto a outros ilustres companheiros de representação, vimos acompanhando o desenrolar dos acontecimentos que se ferem em nosso Pátria. E agora, quando o nobre Deputado Cândido Norberto focou a possibilidade da reversão de poderes ao ex-Presidente Jânio Quadros, como se o que está acontecendo nas capitais, nas cidades e nos campos do Brasil fosse uma questão de ordem pessoal, entre um mienos caracterizado e outra mais, encontrei motivos, talvez, que sabe, para depositar, pela derradeira vez nos Anais desta Casa, neste tema suscitado pelo Deputado Cândido Norberto, assunto para essas descoloridas considerações que faço perante a nobre representação do povo rio-grandense.

**O Sr. Lamaison Pôrto** — V. Exa. permite? (Assentimento do orador)

Apenas para dizer a V. Exa. que a tese apresentada pelo Deputado Cândido Norberto não tem razão, nem representa a vontade popular e muito mais, não tem qualquer sustentação política.

**O SR. ALVARO PETRACCO** — Agradeço a ponderação de V. Exa., Deputado Lamaison Pôrto.

Trouxe o assunto levantado pelo Deputado Cândido Norberto, para dizer que apenas ele me socorreu das argumentações que me trouxeram à tribuna, porque não se trata, embora do dramatismo da hora em que se vincula, inclusive, a renúncia do próprio presidente João Goulart, não se trata da figura da pessoa do Presidente porque, se volvermos os olhos para a nossa História e formos apanhar na memória os tempos ainda de 1930, nós vamos verificar que os acontecimentos de 1964 se prendem não à figura dos homens que ocupam a chefia da Nação, mas, sim, à substância social e econômica, nos caminhos de progresso que o nosso País tentou atravessar. A revolução de 1930, gerada na crise da economia cafeeira, foi a primeira tentativa de reestruturação social e econômica contra o latifúndio e os motivos determinantes da luta de 1930 são os mesmos que, hoje, inquietam em 1964, a pátria brasileira. Não se modificou substancialmente a situação. Passou-se 1930, aconteceu a contra-revolução de 1932, financiada e estipendiada pelos latifundiários e lavoureiros do café da Pauliceia. Nos poderíamos, então, relembra 1930, 1934, 1937, 1945, 1954, 1961 e 1964 como os anos que enunciam importantes acontecimento na evolução sócio-econômica do Brasil. Uns movimentos, pertencentes ao desenvolvimento e progresso; outros, com a chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo, pertencentes à contra-revolução e ao retrocesso sócio-econômico.

Já é sabido e todo o povo repete, mais de uma vez, que as mesmas forças que, hoje, tentam derrubar o Presidente João Goulart — e eu não posso, desta tribuna, garantir que ele já não tenha sido derrubado — as mesmas forças que atentam contra a Constituição nos dias de hoje, foram aquelas que depuseram o Presidente Getúlio Vargas em 1945, que levaram ao suicídio o grande Presidente, em 1954, que promoveram os distúrbios de Jacaré-Açanga e Aragarças e determinaram, numa contra-facção da história, a deposição do Sr. Jânio Quadros pelas próprias forças que o ajudaram, financeiramente, na campanha, as mesmas forças que tentaram impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, eleito pela vontade soberana do povo brasileiro. E o Presidente, o nosso conterrâneo, Sr. João Goulart, embora pertencente, pela sua herança e pela sua tradição de trabalho às lides do campo, talvez até ao latifúndio, em outra contra-facção da história, era o homem que tentava, com a revolução de 1930, derrubar o latifúndio, era o homem que tentava, através de medidas legais e consti-

tucionais, lutar contra as duas mais importantes forças que dificultam o progresso na Nação Brasileira: o latifúndio interno e o capitalismo estrangeiro.

Quando, nos acontecimentos dos últimos tempos — e não só dos últimos tempos, como de todas as épocas da História — aqueles que procuram interpretar os fenômenos sociais e políticos como da responsabilidade de pessoas, a interpretação da Revolução Francesa, por exemplo, segundo Carlyle é uma deformação que vem através dos líderes, através dos mártires, através da época, uma falsa interpretação quando a realidade está na substância profunda, escondida da realidade social e econômica.

É o Presidente João Goulart, que levou para o Governo o compromisso de continuar a obra de Getúlio Vargas, mas agora, de modo preciso e específico, a afrontar as forças do latifúndio e do capitalismo estrangeiro, o Presidente João Goulart, nele não cabe apenas a interpretação de toda esta fenomenologia.

Mesmo que caia o Presidente, mesmo que o depoñham, as forças que lutam contra o latifúndio interno e contra o capitalismo internacional espoliador da nossa Pátria, essas persistirão porque o povo está aí nas ruas com fome, com sacrifício e estão lá nos campos as multidões párias, abandonadas e segregadas de uma civilização anti-cristã.

A reação veio, à medida que estes problemas foram levados à consciência do povo, perdendo os próprios argumentos e, nos últimos meses, a reação brasileira fugiu ao diálogo e passou a apelar para as armas, para o preparo do golpe ontem deflagrado e, inclusive, para utilizar uma grande idéia — a força, passaram a abusar do misticismo do povo apelando para a índole religiosa da nossa gente, numa pretensa luta anti-comunista. Mas a realidade é que as medidas que o Sr. Presidente João Goulart e todas aquelas forças que o acompanhavam, as medidas que o Sr. Presidente João Goulart pleiteava por via pacífica, do Congresso, não visavam a instituição de qualquer tipo de socialismo ou comunismo em nossa Pátria. O que se pretendia, até, através da reforma agrária, era a introdução de práticas capitalistas no campo, já que as cidades, embora vítimas da infiltração perniciososa da indústria estrangeira espoliadora, já vinham adquirindo práticas modernas e progressistas.

De modo que as medidas de reforma agrária pleiteadas do Congresso eram, na realidade, medidas de índole capitalista, procurando com que se alastrasse pelo campo o aparecimento de uma nova burguesia rural que iria, talvez, ou mais precisamente, com toda a certeza, promover uma renovação da representação política em nossa Pátria. Hoje já se pode dizer que se a reação que tentou derrubar ou que derrubou o Presidente João Goulart se restabelecer em nosso País, com o garroteamento das liberdades, com o rasgamento da Constituição, estas forças, sim, é que irão precipitar, num futuro que não podemos prever, um outro tipo de revolução, não capitalista, mas sim socialista, ou extremista, violenta e rápida. Sobre os grupos reacionários que talvez venham a comandar os destinos desta Nação é que estará a responsabilidade de qualquer reforma ou revolução de caráter extremista, comunista ou socialista. Tudo o que se disser em contrário é mistificação, e o povo está disto conscientizado.

Uma mesma linha de interpretação que me ajudou a vir a esta tribuna, neste instante, eu me interrogo por que, exatamente, de Minas Gerais, São Paulo e da Guanabara partiram os três focos principais da reação contra o povo, contra a Constituição e contra as instituições. E lá em Minas existe o latifúndio opressor, o latifundiário antiprogressista, o latifúndio que Presidente João Goulart queria dividir para tor-

nar a terra uma empresa capitalista. E lá em São Paulo que os antigos lavoureiros de café perderam os seus ganhos que tiveram durante longos e longos anos, porque a economia cafeeira passou a ser controlada pelo Governo Federal através do confisco cambial, retirando parte dos lucros que deveriam ser pagos aos lavoureiros. E lá em São Paulo que se introduziram todos os tipos de força de caráter industrial, umas mais progressistas, outras menos progressistas, mas todas no seu conjunto apêndice do capitalismo internacional espoliador. E a Guanabara oferece o mesmo exemplo com o seu Governador, homem que em mais de uma oportunidade pretendia regimes de exceção e classificava o Congresso Nacional de órgão mais corrupto da República e que hoje tem a desfaçatez de se apresentar na luta pela liberdade democrática.

E na substância desta realidade social e econômica, ligada à escravidão da terra, é a espoliação do capitalismo internacional que nós podemos encontrar os fundamentos de análise de interpretação para julgarmos todos os acontecimentos, uns favoráveis ao povo, outros negativos ao seu progresso, desde 1930 até os dias angustiosos de 1964.

E a história está se escrevendo, até com grande antecedência, porque na hora em que o povo esteja conscientizado como hoje está, o povo, na compreensão dos fatos, está como a que escrever a própria história. O povo sabe hoje quem são os golpistas, os reacionários, os "gorilas", que criando a fantasia e mistificação de uma pretensa luta anti-comunista...

**O SR. PRESIDENTE (Adolpho Puggina)** — Nobre Deputado. Faltam cinco minutos para V. Exa.

**O SR. ALVARO PETRACCO** — Pretendo concluir, Sr. Presidente.

O povo, como dizia, Sr. Presidente, já se antecipa à própria leitura da história, porque está compreendendo não só as manifestações de ruas mas está conhecendo os fundamentos da crise que abala a Nação. Está sabendo e confirmando aquilo que nós outros, líderes de todas as camadas populares, vimos afirmando: que se pretendia o garroteamento contra o povo, o rasgamento da Constituição e eles não tiveram tempo suficiente para modelar a opinião pública através do rádio e dos jornais, das tribunas e das praças; não tiveram tempo para fazer penetrar na consciência do povo que o Presidente da República, em relação à crise da Marinha, era inconstitucional e ilegal e passaram às vias de fato. Insurgiram-se militar e materialmente contra os poderes constituídos e é lamentável que o Rio Grande do Sul, que já tem na história os vultos de Getúlio Vargas e do próprio Presidente João Goulart, porque se hoje ele for sacrificado no torvelinho da reação ele não se imolará, mas engrandecerá o seu nome e a sua obra quando o futuro, sem paixões e com serenidade julgar os acontecimentos de hoje. O Rio Grande do Sul, que incorporou nesta série de acontecimentos que se sucederam desde 1930, o Rio Grande do Sul, que ofereceu nos porões da legalidade a figura amada e lendária de Leonel Brizola, é lamentável que nesta hora o nosso Estado tenha deslustrado a sua história quando o Governador do Rio Grande do Sul, vítima de uma política de fraqueza e de contumácia, não tenha assumido aquela posição em defesa da lei e da Constituição que a grandeza do Rio Grande do Sul estaria a exigir de um legítimo homem público. Mas não importam as reações, e os golpes que se ferirem embora sob o manto da força militar; não importam as decepções e os atos negativos do nosso Governador. O povo continuará, premido pelo seus problemas e pelas suas aspirações, a exigir franquias democráticas e a lutar contra o tipo de opressão que possa se instaurar em nossa Pátria. Os operários, os intelectuais, a pequena burguesia in-

dustrial e comercial progressista, os camponeses sem terra, os líderes da nossa lavoura, toda esta ganha de forças que fazem o progresso, a fortuna e o desenvolvimento de uma pátria, se não estiverem hoje nas ruas e nas praças públicas a dar com o seu sangue o preço do resgate do nosso progresso, estará, no futuro, que talvez seja próximo, a cumprir a sua destinação, rompendo os grilhões que entravam o progresso do Brasil, a fazer a felicidade do nosso povo e projetar a nossa Nação a nossa Pátria como um dos grandes organismos do universo.

**O SR. PRESIDENTE (Adolpho Puggina)** — Esgoiado o tempo de V. Exa.

**O SR. ALVARO PETRACCO** — Concluo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fazendo votos que eu possa, em outra oportunidade, falar senão esta linguagem, sem ferir susceptibilidades ou suscitar agravos, desejando que esta tribuna se mantenha livre como a expressão da vontade legítima do povo riograndense. (Palmas) (Discurso não revisto pelo orador).

**O SR. PRESIDENTE (Adolpho Puggina)** — Passamos ao período da sessão destinado à

## Apresentação de Proposições

A primeira inscrição é do nobre Deputado Pedro Simon. (Ausente). Segundo orador inscrito é o nobre Deputado Alvaro Petracco.

**O SR. ALVARO PETRACCO** — Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Adolpho Puggina)** — Havendo desistido S. Exa. e não havendo quorum para a Ordem do Dia passamos para o período da sessão destinado à

## Discussão de Matéria em Pauta

A primeira inscrição é do nobre Deputado Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** — Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** — A seguinte inscrição é do nobre Deputado Alvaro Petracco.

**O SR. ALVARO PETRACCO** — Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Adolpho Puggina)** — A seguinte inscrição é do nobre Deputado Osmar Lautenschleiger. Ausente S. Exa.

Passamos para o período da sessão destinado à

## EXPLICAÇÕES PESSOAIS

O primeiro orador inscrito é o nobre Deputado Antônio Visintainer.

**O SR. ANTÔNIO VISINTAINER** — Comunico V. Exa. que utilizei o espaço que me estava reservado no período das Comunicações.

**O SR. PRESIDENTE (Adolpho Puggina)** — O segundo orador inscrito avisa que desiste. O terceiro orador inscrito é o Deputado Harry Sauer.

**O SR. HARRY SAUER** — Cedo o meu tempo ao nobre Deputado Justino Quintana.

**O SR. PRESIDENTE (Adolpho Puggina)** — Com palavra, por cessão de tempo do nobre Deputado Harry Sauer, o Deputado Justino Quintana.

**O SR. JUSTINO QUINTANA** — Sr. Presidente Srs. Deputados.

A hora em que vive a Pátria brasileira — e insuspeita na expressão do Plenário desta Casa — é,

sem dúvida, uma daquelas horas em que as palavras, por mais eloquentes, por mais completas, por mais amplas que possam ser, quase que perdem o seu significado. No instante em que a ordem constitucional, em que a ordem jurídica, que pode, evidentemente, ser alterada, ser modificada e ser totalmente alterada pelas mesmas maneiras e formas previstas na própria ordem constitucional é quebrada, as palavras não têm quase mais nenhum significado. Os homens que, há poucas horas, neste país, falavam em Constituição, consideravam-na intangível, imodificável, inalterável, em nome da democracia, do cristianismo, do bem do povo brasileiro, usaram, realmente, daquele aforismo que diz que "muita gente usa a palavra para esconder o pensamento". Portanto, por muito tempo, por muitas horas, quantos disseram aquilo que exatamente pensavam em sentido contrário.

Não é hora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mesmo porque as palavras, como disse, nada significam, não é a hora de ser feita a análise completa da legalidade brasileira, porque a História tem que ser escrita com consciência e com tranquilidade. Mas é a hora, sem dúvida, em que aqueles que representam o povo, contra a sua vontade e sem expiação, são obrigados a falar para dizer, ao menos com as palavras e com os sentimentos de que são portadores, alguma coisa, ao menos o protesto, ao menos a oposição aquilo que se criou na Pátria Brasileira.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro é Oposição ao Governo do Rio Grande do Sul. E essa oposição decorre da vontade popular, do povo, que destinou o seu voto àqueles que deveriam governar e àqueles, como nós, que deveriam fiscalizar o Governo.

Mas, se em outras ocasiões temos feito críticas ao Governo do Rio Grande do Sul, nesta hora, talvez a única palavra que poderíamos usar seria a de que agonizou o Governo do Rio Grande do Sul. Agonizou, porque morreu, porque desapareceu, porque traiu, porque se tornou irresponsável perante as multitudes de riograndenses, tanto aquelas que votaram no homem, como aquelas que não têm o direito de votar, pela própria lei, mas que esperavam e aspiravam ao menos um instante de dignidade de um Governador, um minuto de dignidade na vida pública de um Governador de Estado que, ontem, proclamava-se defensor da legalidade, que, ontem, convocava, dos recantos mais distantes do Brasil, aos Governadores dos Estados, para defender a Constituição, a lei, o regime democrático; e, hoje, melancolicamente, de maneira agonizante perante a História, abandona o Palácio, abandona o Governo, foge, dispara, trai, se esconde. Esta nota do Governador, este manifesto que S. Exa. fez publicar na "Fôlha da Tarde", quero ter o desprazer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de, talvez pela primeira vez em que uso esta tribuna como Deputado da Oposição, por duas vezes já, ao Sr. Ildo Meneghetti, de requerer seja considerado como lido, para que conste dos Anais da nossa Casa e para que se torne a expressão mais completa da desorientação, da fuga, da traição aos princípios que jurou defender. Alega o Sr. Governador, que até ontem convocava os Governadores para defender a lei e a Constituição, que o motivo de lançar seu manifesto contra Jango, Jango que não é o cidadão, Jango que não é o homem, Jango que não é o riograndense, Jango que é João Goulart, o Presidente da República Constitucional do Brasil, alega que se põe contra o Governo e proclama-se em estado de sublevação pelo fato de o Comandante do III Exército, o valoroso e bravo riograndense Gal. Ladário Pereira Teles, ter tomado as emissoras de rádio.

Ontem à noite, procuramos o Presidente desta Casa, o Deputado Solano Borges, com outros Deputados do PTB, exatamente para fazer ciente ao Presidente da Assembléia que considerávamos o ato do Governador ilegal, contrário às leis e à Constituição, porque S. Exa., sem ter o poder de conceder, estava requisitando todas as emissoras de rádio, sem permitir a palavra, sequer, a alguém que pudesse defender e expor as suas idéias em favor do Governo Federal.

Que posição tomou o Governo, Sr. Presidente, ontem, após o pronunciamento do Líder do meu Partido, Deputado Leonel Brizola, através da Rádio Gaúcha, na frente da sua residência, sem que para isso tenha concorrido, apenas foi procurado pela imprensa livre do Rio Grande que eles tanto defendem...

**O SR. PRESIDENTE** (Adolpho Fuggina) — Nobre Deputado. O seu tempo está esgotado, mas a seguinte inscrição é de V. Exa., razão pela qual V. Exa. poderá permanecer na tribuna por 10 minutos.

**O SR. JUSTINO QUINTANA** — Agradeço a V. Exa.

...apenas porque o Sr. Leonel Brizola fazia uma proclamação através da Rádio Gaúcha, no sentido da defesa do mandato do Sr. Presidente da República, no respeito à lei, à Constituição, minutos após o Sr. Governador baixava o decreto, requisitando todas as emissoras, alegando impedir que fossem feitas manifestações subversivas ou contra a ordem.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se o Governo tinha o poder de requisitar, por que não usou o poder de fiscalizar e permitir, então, que os pronunciamentos a favor da ordem, do Governo Federal, fossem feitos, e não apenas silenciar as emissoras como foi silenciada a Rádio Metrópole, quando era transmitida a palavra do Deputado Federal Leonel Brizola, que está provado, e o Rio Grande pôde ouvir, não pronunciou uma palavra de subversão, mas de respeito à ordem e à Constituição?

**O Sr. Cândido Norberto** — V. Exa. permite? (Assentimento do orador)

Aliás, um problema que deveremos, ainda, discutir, aqui é exatamente este que diz com o monopólio do rádio. Em nome da liberdade de opinião, se faz um monopólio que não é estatal, do rádio. V. Exa. fala contra o monopólio do Governador do Estado. Creio que, realmente, V. Exa. tem razão, apenas o Sr. Ildo Meneghetti não é muito afeito a falar constantemente e com clareza, é certo; tem até incapacidade física para falar e se fazer ouvir. Se nós nos referimos ao monopólio estatal do Sr. Ildo Meneghetti, também não poderemos deixar de nos livrar do monopólio pessoal do rádio, por parte do Sr. Leonel Brizola, que outra vez voltou a estabelecer o monopólio do rádio, para uso exclusivo seu. V. Exa. sabé disso e é absolutamente verdadeiro. O rádio é monopólio, hoje, do Sr. Leonel Brizola. Não para declarações de amor à Constituição se pode falar pelo rádio do Rio Grande do Sul. É um monopólio porque até a fidelidade à Constituição se transformou em exclusividade do Sr. Leonel Brizola. E digo que é este outro lapso do Sr. Ildo Meneghetti, que é fisicamente incapaz de falar, enquanto o Sr. Leonel Brizola é fisicamente incapaz de ficar longe do microfone, a não ser por motivos de força maior.

**O SR. JUSTINO QUINTANA** — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Lamento que o Deputado Cândido Norberto esteja sem razão porque o nobre Presidente desta Casa é testemunha, o Deputado Artur Bachini e o Deputado Heitor Campos — que, lamentando, não estejam presentes aqui para confirmar o que vou dizer — de que o bravo militar Ladário Pereira Telles e este Deputado, com o Presidente

da Casa e os Deputados Heitor Campos e Artur Bachini, declararam que o Sr. Leonel Brizola faleceu nas emissoras, mais precisamente na Rádio Farrou-pilha, porque estava colaborando no sentido da arregimentação psicológica do povo rio-grandense. Qualquer Deputado, inclusive o Deputado Artur Bachini, Líder da UDN, estava convidado pelo Comandante do III Exército a falar. Não só os Deputados como qualquer civil, poderia comparecer para falar. Essas são as palavras do Comandante do III Exército à comissão de representantes desta Casa que compareceu. Se o Deputado, Líder do MTR, tiver dúvidas, pode consultar o nobre Deputado Solano Borges, Presidente da Assembléia, que lá compareceu e recebeu essa informação do Comandante do III Exército, General Ladário Pereira Telles.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não houve monopólio, apenas direito do Governo Federal, em face do silêncio estabelecido pelo Governo do Estado às emissoras, não permitindo pronunciamento de ninguém, a favor do Governo Federal. O Governo Federal, através do III Exército, foi obrigado a intervir para garantir, ao menos, a defesa pela palavra, do mandato do Presidente constitucional. Mas isso não interessa muito. O que interessa ainda mais é o caso, por exemplo, porque isto é apenas formal — ou já afirmei categoricamente ao Deputado Cândido Norberto e o convidei a acompanharme ao Comando do 3.º Exército para falar na Base da Legalidade, agora, se quiser, lá, na presença do Comandante do 3.º Exército, que terá a palavra para defender o mandato do Sr. Presidente, sem monopólio, como queria o Governador do Estado, pedindo a palavra aqueles que defendiam o mandato do Sr. Presidente da República e da Constituição.

O Governador do Estado, o democrata Governador do Estado, alegou que se colocava contra o Governo Federal exatamente porque requisitada a Brigada Militar, com fundamento na Constituição do Estado e da República, mas a contradição e consequência do golpe do Governo está na forma final que ele diz: "soldados, oficiais do bravo 3.º Exército, e dados e oficiais da gloriosa Brigada Militar, a apelo, neste momento, para que participeis da nossa luta, irmanando-nos aos bravos companheiros de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e de todo o Norte que, neste momento, marcham para libertar a nossa Pátria da demagogia, da inflação e da miséria política em que nos encontramos".

Se o Governador rio-grandense tivesse uma posição melhor teria assumido; inicialmente, esta posição que assumiu o Governador de Minas Gerais, tem e merece críticas, porque ilegal e insurreto, não ao menos tomou esta posição.

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul tomou posição, cumprindo compromissos anteriormente assumidos. Apenas procurando justificar em face das medidas legais do Governo Federal, convocou os rio-grandenses para acompanhá-lo, para participassem da "nossa luta", Sr. Presidente e Deputados, da "nossa luta", da luta dos insurretos de Minas Gerais, da luta do Governador de Minas Gerais, da luta do Governador corrupto de São Paulo, da luta do Governador da Guanabara. Teria sido mais sincero, antes de procurar a palavra dos rio-grandenses pelo monopólio das rádios, através da requisição de emissoras, devesse tomado a posição de utilizar as emissoras para atacar o Governo Federal e se manifestar favoravelmente ao golpe, naquela ocasião. Seria traidor igualmente, teria rasgado a Constituição, mas, ao menos, seria um pouco mais sincero consigo mesmo, já não pôde ser sincero para com a lei, para com o povo rio-grandense.

NR. PRO. PAIS, 4. PA

28

(60)



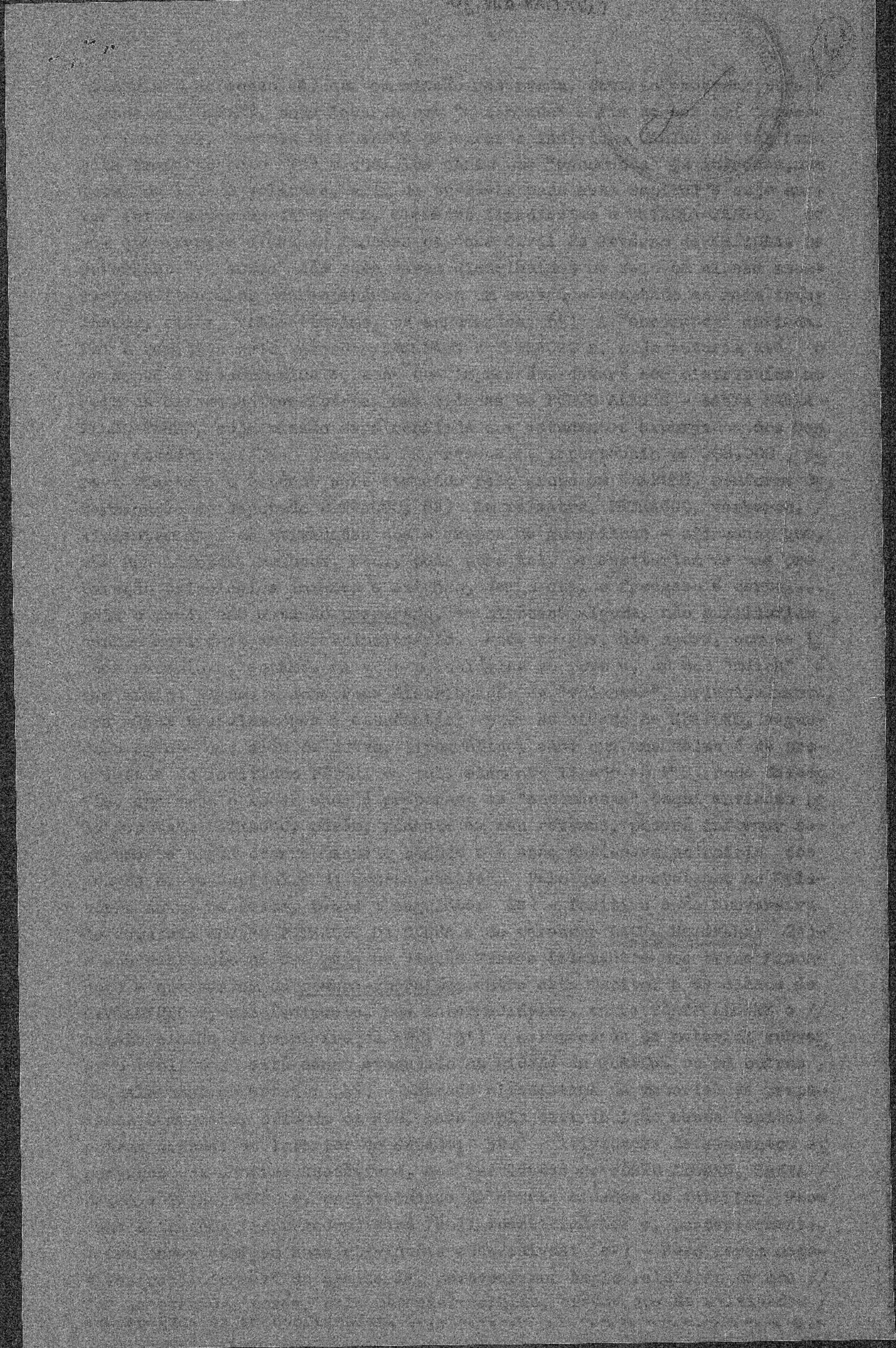


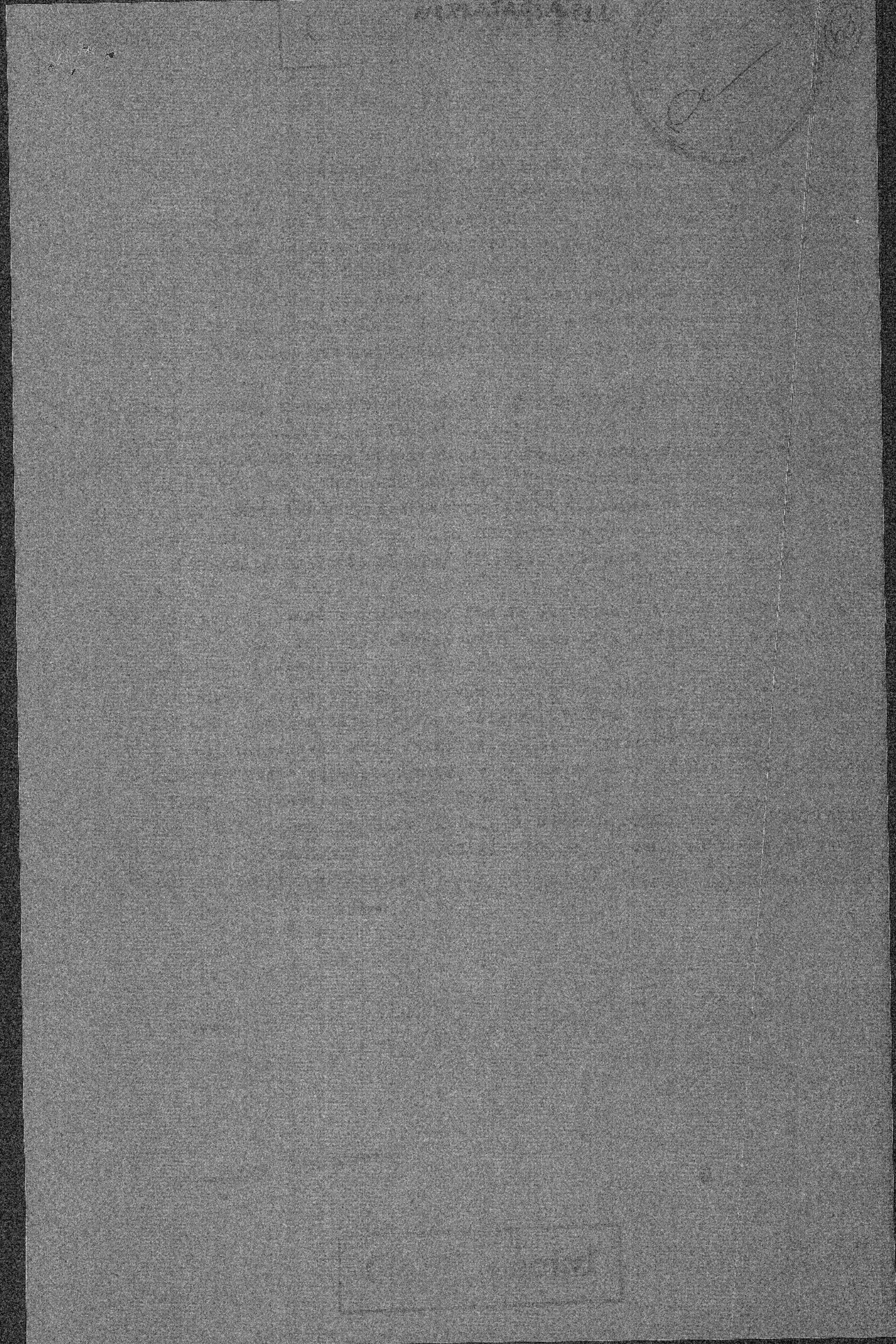
Faint, illegible text in the upper left quadrant.

1951 10000 100000  
10000 100000  
10000 100000

1951 10000 100000

Main body of faint, illegible text, possibly a list or report.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICASERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕESExtrato de ProntuáriodeÁLVARO PETRACCO DA CUNHA

- Deputado Estadual (ex-PTB/RS).
- É conhecido doutrinador marxista
- Elemento de grande periculosidade.
- Anti-revolucionário.
- Médico.
- Desde a eclosão do movimento revolucionário de 31 de março, vem mantendo atitudes de caráter nitidamente anti-revolucionário.

Em 1963 - MAIO - Estêve presente, no dia 30 de maio, na Casa do Trabalhador, em CAXIAS DO SUL, onde se decidia o destino de greve dos metalúrgicos, fazendo uso da palavra e hipotecando solidariedade à referida greve.

- JUNHO - Participou da reunião realizada no dia 2 de junho no Cine Marabá, com o objetivo de estudar as reformas, tendo sido um dos oradores.

Em 1964 - ABRIL - Integrante do grupo comunista que se reunia no Largo dos Medeiros, do qual também faziam parte os marxistas: Sgt. DIOGO DUARTE, Maj. VIRIATO DUARTE, Ten. Cel. Ref. PERY CUNHA e ÊNIO ALTEMBERG.

- Citado no depoimento de RUY LUIZ TRUCOLLO que alegou ter comparecido à sua casa, no mês de fevereiro do corrente ano, para entregar-lhe uma lista destinada à formação de um "Grupo dos Onze".

- Citado no depoimento de INO ROTTA, na Delegacia de Polícia de SERAFIM CORRÊA, o qual alegou ter conhecimento de suas ligações com comunistas.

- Certificados denominados "VOLUNTÁRIA RESISTÊNCIA DE MOCRÁTICA" foram distribuídos em MUSSUM e assinados pelos "voluntários" durante a organização dos "Grupos dos Onze", assim como nas primeiras horas do movimento militar de março de 1964. A sede do movimento dos "voluntários" é na cida-

(Cont do extrato de prontuário de ÁLVARO PETRACCO DA CUNHA) =2=

de de GUADURÉ, tendo como núcleos mais conhecidos os de "DOIS LAGEADOS, SÃO VALENTIM", sendo um dos organizadores o Dep. PETRACCO.

- JULHO - Continua agindo livre e ostensivamente. Foi encontrado palestrando com LAURO ANTUNES CORRÊA e NELSON DIAS GRANT, notórios comunistas.
- SETEMBRO - Mantém encontros com elementos subversivos num escritório de propriedade de LAMAISSON PORTO e de um filho de BROCHADO (Gaghinho - Professor de Faculdade).
- OUTUBRO - Em 25 de outubro, proferiu palestra radiofônica na cidade de GUAPORÉ, às 19 horas, tecendo acusações à Revolução de 31 de março.
- NOVEMBRO - No IPM, do qual foi encarregado o Maj. WENCESLAU BRAGA DOS SANTOS, constam, na parte conclusiva, as seguintes observações: Ao encerrar o presente inquérito, necessário se torna destacar que, além dos que foram indiciados por força de testemunhas e provas já colhidas em outros inquéritos Policiais-Militares, outros parlamentares, por suas atuações no passado e atitudes que vêm tomando no presente, deveriam ser alvo de investigações, por parte das autoridades, com o intuito de se obter elementos suficientes para caracterizar a atuação subversiva dos mesmos. Assim é que, particularmente com relação aos Srs. Dep. GÂNDIDO NORBERTO DOS SANTOS e ÁLVARO PETRACCO DA CUNHA, existe farto documentário informativo que consta dos presentes autos.

Em 1965 - JULHO - Compareceu à abertura do VII Congresso da Mocidade Trabalhista do RAC, realizado nos dias 24 e 25 do corrente, tendo como local a AL. Nesse Congresso foi aprovada a Declaração de Princípios do VII Congresso da Mocidade Regional.

- Recebeu livros de propaganda marxista editados e procedentes da ROU, os quais entraram no território nacional pela cidade de LIVRAMENTO, clandestinamente.

- Mantém em sua residência regular quantidade de revistas comunistas, tais como, PEQUIM INFORMA, NOVA CHINA, etc.

- AGOSTO - Recebeu revistas da cidade de MONTEVIDÉU, por via férrea e posteriormente distribuídas no seio estudantil.

- Mandou imprimir 12.000 panfletos subversivos em GUAPORÉ para serem distribuídos no seio da classe assalariada.

- Pertence ao grupo que compõe o Movimento Mundialista no RIO GRANDE DO SUL.

(Cont do extrato de prontuário de ÁLVARO PETRACCO DA CUNHA)

=3=

Em 1965 - SETEMBRO - Condenou o movimento dos guerrilheiros no RGS, pois, segundo sua opinião, não era o momento para tal. Haveria necessidade de uma preparação psicológica intensa e extensa, sem o que, o fracasso seria certo, pois o povo, não estando preparado, em hipótese alguma auxiliaria algum movimento anti-revolucionário. Afirmou que o seu trabalho de distribuição de volantes nos meios trabalhistas e estudantis é que estava certo, pois somente esta ação psicológica, junto ao povo, era capaz de levantá-lo contra o governo.